

Códigos e papéis de gênero: um estudo de psicologia social como metassemiótica

Joao Wachelke | joao.wachelke@ufu.br

Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Priscilla Martins Dornelas | pridornelas@hotmail.com

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Raianne Silva Calixto | raianne.calixto@gmail.com

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Jéssica Bruna Borges Pereira | jess.borges.63@gmail.com

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

resumo

A psicologia social visa a relacionar fatores da sociedade com padrões de pensamento. A partir do entendimento de que essa disciplina pode ser concebida como uma metassemiótica voltada para semióticas conotativas e fundamentado na semiótica dos códigos, o trabalho apresenta uma pesquisa de levantamento de dados acerca de papéis de gênero para adultos de Uberlândia-MG. Os participantes foram mil adultos entrevistados em locais públicos acerca de traços, práticas de lazer e tarefas domésticas atribuídas aos gêneros masculino e feminino. Padrões estatísticos (clusters) permitiram identificar conflitos entre um código tradicional biologicista predominante e outro voltado para a construção social, ligado a faixas etárias mais jovens. Problematiza-se a dinâmica dos códigos de gênero e sugere-se a contribuição da psicologia social para avaliação de propriedades sócio-históricas dos códigos, entendendo que o fenômeno psicossocial pode ser abordado de modo frutífero como fenômeno de significação.

Palavras-chave: Códigos. Papéis de gênero. Gênero. Papéis sociais. Metassemiótica.

abstract

Social psychology aims at assessing relationships between societal factors and patterns of thinking. Departing from the understanding that such discipline may be conceived as metasemiotics concerning connotative semiotics and based upon the semiotics of codes, the work presents a survey study about gender roles for adults from Uberlandia – MG. The participants were a thousand adults interviewed in public sites about the traits, leisure practices and domestic work attributed to the male and female genders. Statistical patterns (clusters) made it possible to identify conflict between a prevailing traditional biology-centered code and another one directed towards social construction, linked to younger age ranges. The dynamics of gender codes are discussed and it is suggested that social psychology can contribute to the evaluation of socio-historic properties of codes, with the view that the psychosocial phenomenon may be framed in a fruitful way as a signification phenomenon.

Keywords: Codes. Gender roles. Gender. Social roles. Metasemiotics.



Introdução

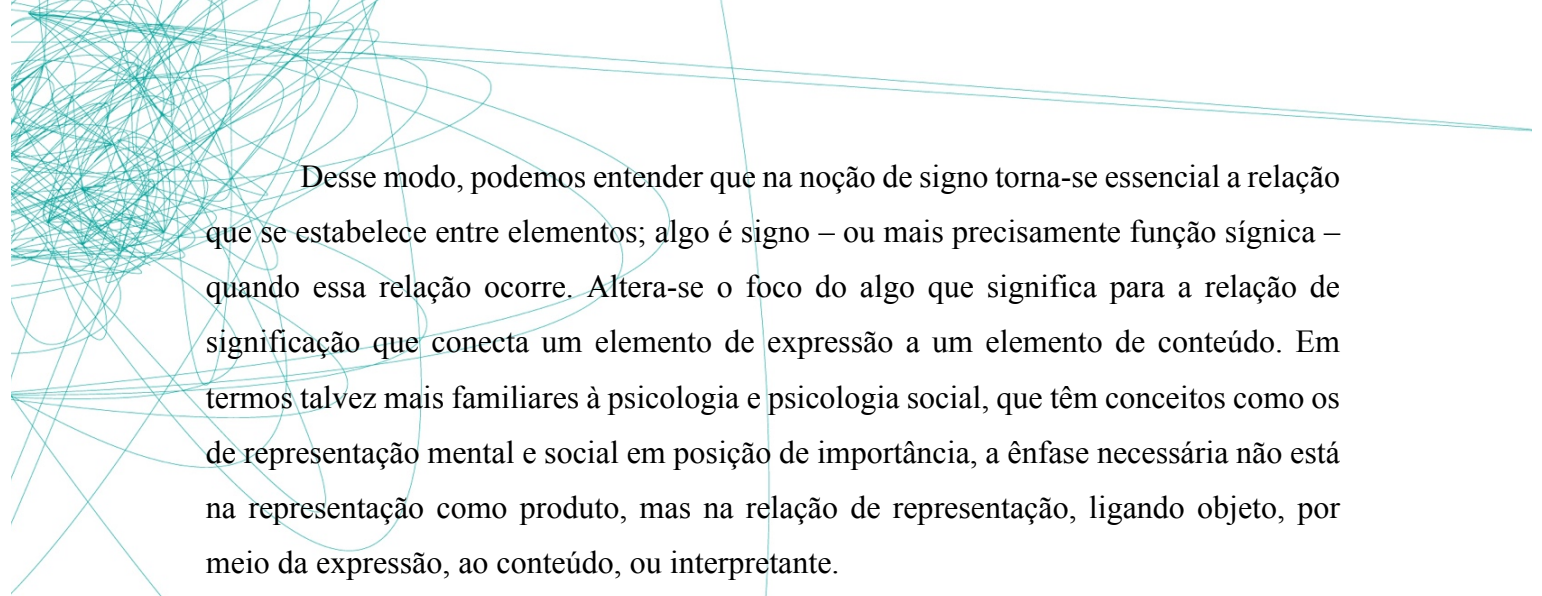
O campo da semiótica, o estudo do processo de significação, fornece uma abordagem pertinente para os processos de pensamento, foco do interesse da psicologia social, disciplina que estuda as relações entre a sociedade e as manifestações de pensamento e comportamento pessoais. Os signos têm seu conteúdo determinado por códigos culturais constituídos historicamente na relação com o mundo, e sua caracterização e desenvolvimento permitem explicar os fenômenos psicológicos tanto em sua manifestação interna – crenças, percepções, raciocínio – quanto externa – ações, comportamento.

O presente trabalho apresenta e propõe uma perspectiva psicossocial baseada em conceitos da semiótica, empregando-a para identificar e descrever regularidades na interpretação por parte de adultos acerca dos papéis sociais de homens e mulheres. Estes são entendidos como códigos, regras interpretativas convencionadas culturalmente. Primeiramente definiremos os conceitos da semiótica com que trabalharemos, dentre os quais signos e funções sógnicas, códigos e códigos conotativos, e buscaremos justificar o estudo do fenômeno psicossocial dos papéis de gênero como objeto da semiótica, por meio do enquadramento de uma psicologia social semiótica como uma metasemiótica. A seguir buscaremos descrever os papéis de gênero de homens e mulheres como códigos e apresentaremos o estudo empírico.

A psicologia social como metasemiótica

O pensamento e o conhecimento do mundo se dão necessariamente por processos sógnicos. A natureza do signo, que conforme Peirce (2000) estabelece outro signo para um objeto continuamente, traz como decorrência a impossibilidade de uma vivência da experiência cotidiana que não seja mediada por relações mentais. Há signo sempre que algo – seja qualidade, algo existente fisicamente ou pensamento – remeta a uma ideia – outro signo, chamado interpretante – para alguém.

Em Hjelmslev (2003) refina-se a noção de signo na definição da função sógnica, relação de dependência entre elementos, que passam a contrair função de expressão e conteúdo. Nas palavras de Eco (2005), ao abordar a contribuição de Hjelmslev, não se trata de lidar com signos como entidades fixas, mas como correlações de sistemas.



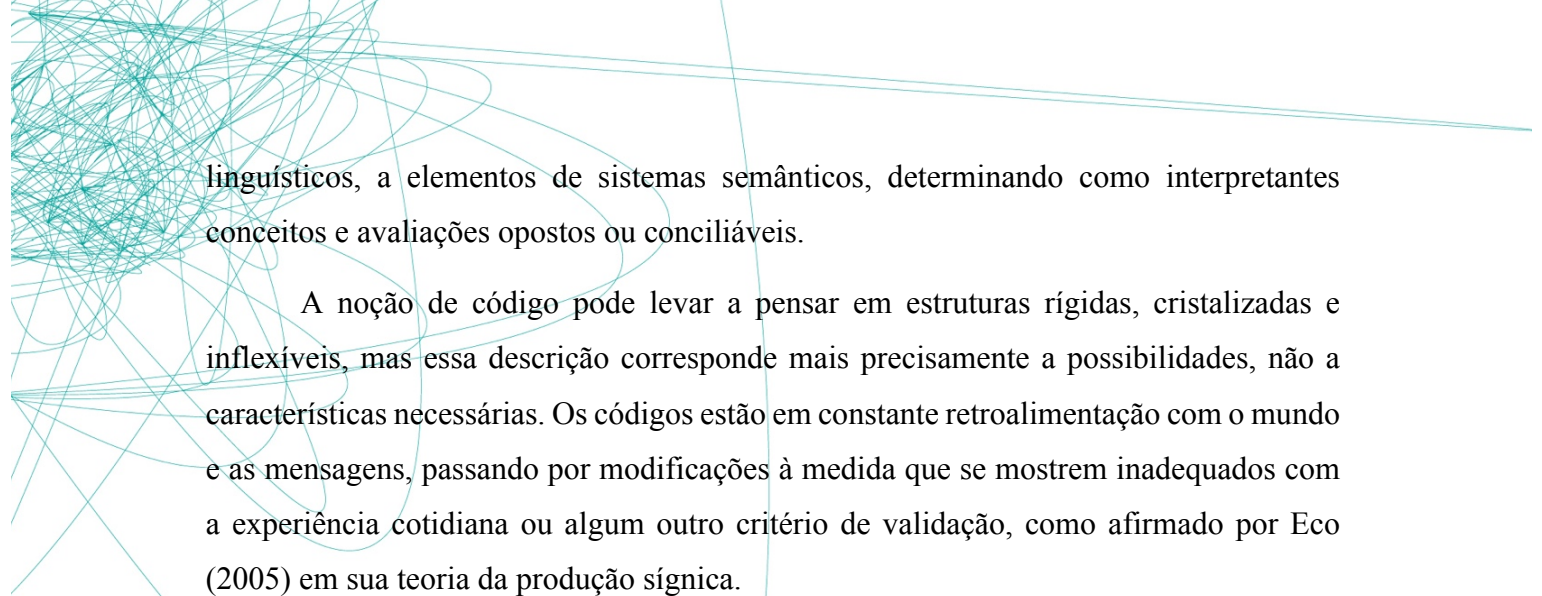
Desse modo, podemos entender que na noção de signo torna-se essencial a relação que se estabelece entre elementos; algo é signo – ou mais precisamente função sógnica – quando essa relação ocorre. Altera-se o foco do algo que significa para a relação de significação que conecta um elemento de expressão a um elemento de conteúdo. Em termos talvez mais familiares à psicologia e psicologia social, que têm conceitos como os de representação mental e social em posição de importância, a ênfase necessária não está na representação como produto, mas na relação de representação, ligando objeto, por meio da expressão, ao conteúdo, ou interpretante.

Os sistemas de elementos que constituem as funções sógnicas compreendem quaisquer possibilidades identificáveis em *continua* de existência, abrangendo tanto planos físicos – como sons, marcas visuais, estímulos táteis, olfativos... – como também o pensamento, abrangendo ideias e conceitos verbais. Importa menos a natureza material específica de cada sistema que o fato de que cada sistema seja composto por elementos inter-relacionados que estabeleçam relações de solidariedade, as funções sógnicas que só existem na medida em que correlacionam expressão e conteúdo.

Por sua vez, as funções sógnicas encontram-se interligadas por meio de regras que determinam as correlações e também a possibilidade de novas combinações entre sistemas de unidades. Essas regras são os códigos (ECO, 2005). Ao direcionar as associações possíveis previstas por processos semióticos, reduzem incertezas e apresentam restrições interpretativas, direcionando a significação – e a interpretação em processos de comunicação, por conseguinte (ECO, 2001).

A linguagem é provavelmente o principal dos códigos. Muitos subcódigos tomam-na como base e efetuam correlações entre conceitos e unidades linguísticas, dando-lhes sentidos segundos. Conforme Hjelmslev (2003) e Eco (2005), há conotação quando o conteúdo – significado – de uma função sógnica faz as vezes de expressão de uma função sógnica subsequente. A partir disso, há códigos conotativos que se apoiam em códigos denotativos de base.

As concepções sobre papéis de gênero serão aqui consideradas equivalentes a códigos conotativos, na medida em que considerem que masculino e feminino, homem e mulher constituam expressão de certos conteúdos no contraste de traços, atividades domésticas e práticas de lazer. São regularidades, condicionamentos nas associações de elementos de sistemas semióticos e, mais especificamente, em sua maior parte,



linguísticos, a elementos de sistemas semânticos, determinando como interpretantes conceitos e avaliações opostos ou conciliáveis.

A noção de código pode levar a pensar em estruturas rígidas, cristalizadas e inflexíveis, mas essa descrição corresponde mais precisamente a possibilidades, não a características necessárias. Os códigos estão em constante retroalimentação com o mundo e as mensagens, passando por modificações à medida que se mostrem inadequados com a experiência cotidiana ou algum outro critério de validação, como afirmado por Eco (2005) em sua teoria da produção sígnica.

Para caracterizar propriedades de um código qualquer, tais como sua estabilidade a mudanças, a extensão da validade desse código em termos sociais – para quem o código é válido, aplicável às leituras da vida cotidiana –, a força de imposição desse código frente a códigos alternativos que tratem dos mesmos elementos expressivos, é necessário buscar sua determinação em fatores fora dele, pertinentes ao contexto social e histórico que o circunscrevem. Propomos que fatores extrassemióticos históricos, isto é, fatores que não digam respeito aos sistemas correlacionados por um código em questão, determinados por outros códigos que tratem de outras semióticas – à semelhança do que Eco (2001) chamou de códigos externos ao analisar a semiótica da arquitetura –, considerados quanto à sua existência concreta e histórica, determinam aspectos como a seleção de códigos e probabilidade de sua transformação.

Se a parte da psicologia social corresponde o objetivo de investigar a influência de um metassistema de variáveis sociais no funcionamento do sistema cognitivo (DOISE; CLEMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992, MOSCOVICI, 1976), a disciplina constitui-se como uma metassemiótica conotativa, entendendo-se metassemiótica, conforme Hjelmslev (2003), como uma semiótica que tem por conteúdo outra semiótica. Na medida em que a psicologia social, a partir de parâmetros metodológicos e teóricos próprios, visa a avaliar correlações entre posições sociais, características pessoais e disposições situacionais, bem como suas mútuas combinações, com o uso de códigos conotativos, tem-se uma semiótica com funções sígnicas contraídas entre fatores psicossociais (expressão) e sentidos conotativos (conteúdo) e, portanto, uma metassemiótica conotativa. Esse raciocínio justifica o enquadramento do fenômeno psicossocial da inserção social dos papéis de gênero por meio de uma semiótica dos códigos.



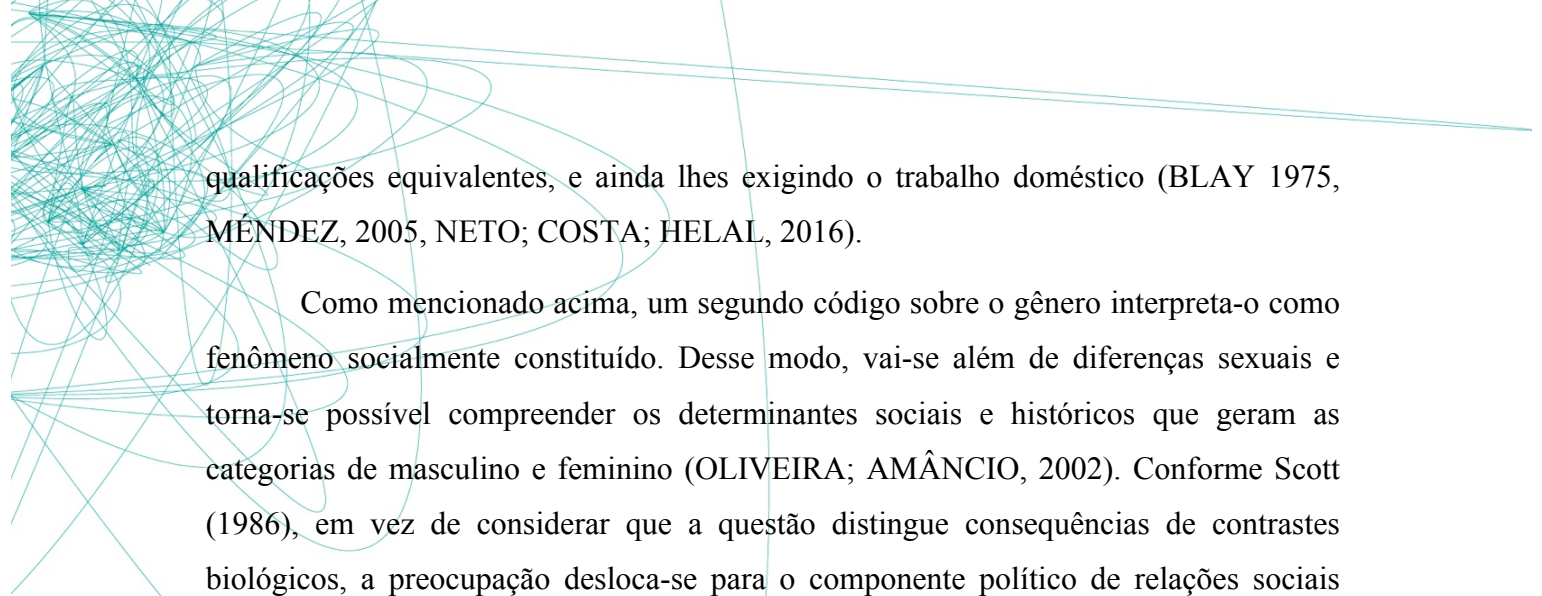
Códigos de gênero e papéis sociais

O conceito de gênero é particularmente interessante como objeto de estudo de uma abordagem semiótica, pois ao tratar das construções simbólicas referentes à sexualidade humana, faz algo semelhante a anunciar sua natureza semiótica. Afinal, falar em gênero torna explícito que o que se pensa e se sabe sobre homens e mulheres é da ordem da representação, da convenção, isto é, do signo, e não de uma descrição objetiva de fenômenos naturais – cuja possibilidade, aliás, é posta em causa a partir de uma perspectiva semiótica.

Apesar da complexidade e diversidade das categorias ligadas ao gênero que passam por questionamento mesmo a respeito da possibilidade de chegar a categorias discretas ou fixas, ou até mesmo da própria noção de gênero como dimensão geral – a esse respeito, ver Butler (2003) –, trabalhamos aqui com os códigos que permitem interpretar os papéis de homens e mulheres e sua vigência em uma amostra de adultos. Basicamente, impõe-se a consideração de dois códigos conotativos sobre o gênero: um código com premissas biológicas, que iguala gênero a um fenômeno de origem biológica que determina características físicas psicológicas e sociais, e um código que ressalta o caráter social e indeterminado do gênero, entendido como construção cultural.

O código biológico tem origens imemoriais, realizando correlações entre comportamentos, papéis sociais e características pessoais e sua explicação por diferenças anatômicas e fisiológicas. O sexo masculino era tomado por referência até o Século XIX, enquanto as mulheres eram marcadas por uma suposta falta de órgão sexual (LAQUEUR, 1986). A partir dos estudos anatômicos do Renascimento, a biologia passou a ter valor explicativo. A observação de maior força física e a assunção de tarefas ligadas ao ambiente externo, como a caça, bem como a capacidade reprodutora das mulheres, direcionaram uma associação histórica entre masculinidade e força, trabalho, esfera pública, política e dominação, e entre feminilidade e delicadeza, vida doméstica, esfera privada, submissão (BEAUVOIR, 1970, FOUCAULT, 2005).

Mesmo com mudanças decorrentes da modernização e desenvolvimento do capitalismo no decorrer do Século XX – que inclusive passaram a exigir mão de obra feminina e retiraram as mulheres da convivência doméstica exclusiva –, as transformações foram moduladas pelas hierarquias presentes no código, reservando às mulheres funções, condições de trabalho e remunerações inferiores, apesar de

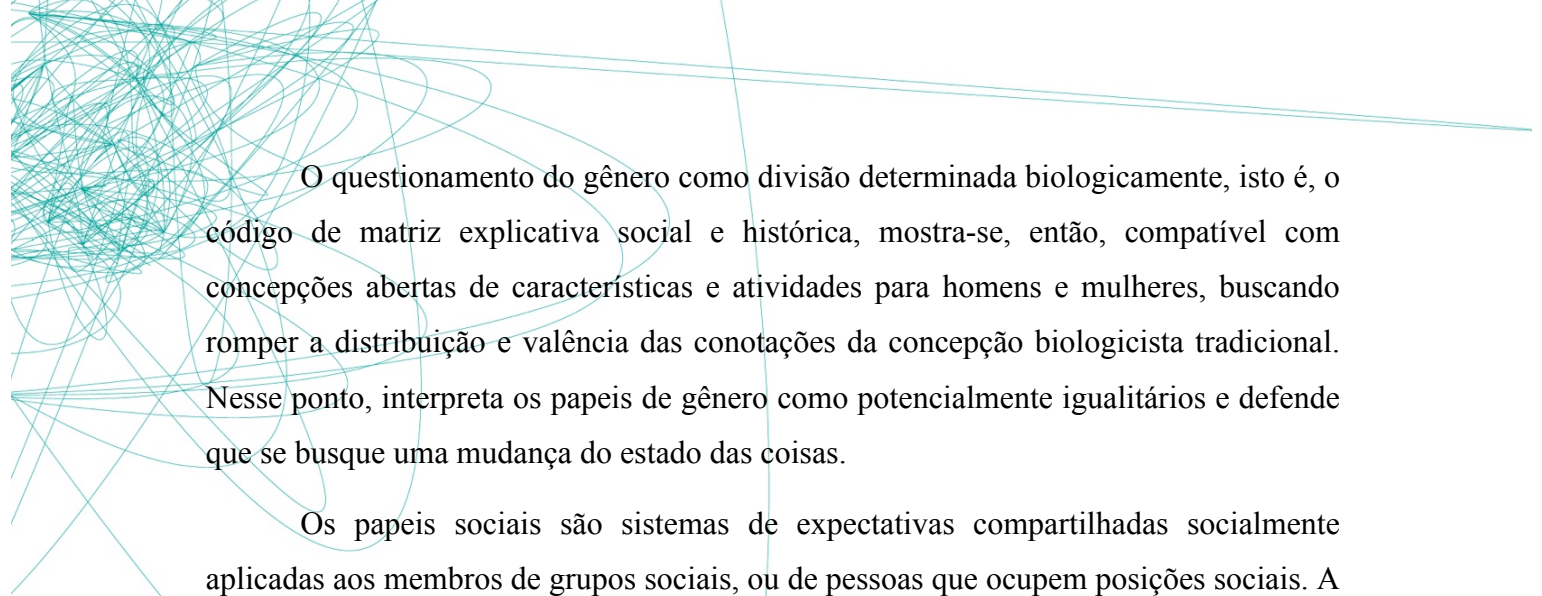


qualificações equivalentes, e ainda lhes exigindo o trabalho doméstico (BLAY 1975, MÉNDEZ, 2005, NETO; COSTA; HELAL, 2016).

Como mencionado acima, um segundo código sobre o gênero interpreta-o como fenômeno socialmente constituído. Desse modo, vai-se além de diferenças sexuais e torna-se possível compreender os determinantes sociais e históricos que geram as categorias de masculino e feminino (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2002). Conforme Scott (1986), em vez de considerar que a questão distingue consequências de contrastes biológicos, a preocupação desloca-se para o componente político de relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos.

A noção de gênero mescla-se com a perspectiva feminista, que visa a reduzir a assimetria de poder existente entre homens e mulheres, lutando pela igualdade (LOURO, 1997, MÉNDEZ, 2005). Se, no código biologicista, ao masculino são associadas características de instrumentalidade, independência e dominação, apropriadas para o protagonismo na família e liderança, e ao feminino de expressividade, dependência e submissão, ligadas ao contato interpessoal e cuidado (AMÂNCIO, 1992, FERREIRA, 1995), isso se deve por investimento histórico que confere conotações a características dos sexos biológicos na medida em que essas adquirem significado.

Conforme Bourdieu (2011), trata-se de converter uma hierarquia social e histórica em que os homens detêm controle sobre a sociedade e sobre as mulheres, desempenhando funções sociais públicas e relegando as mulheres a uma posição subordinada, em diferença biológica que, por sua vez, é naturalizada e bloqueia concepções alternativas, ocultando as relações sociais que deram origem à dominação. Nisso consiste a funcionalidade social do código biológico, que reproduz e, assim, reforça relações de poder, constituindo instância de violência simbólica. De acordo com o que o autor comenta sobre o poder simbólico (BOURDIEU, 2012), podemos propor que, na medida em que a sustentação do código biologicista justifica-se pela superioridade argumentativa que é conferida a um saber supostamente científico, esse código impõe-se de modo generalizado, aceito por homens e mulheres, e exercendo poder simbólico, o poder que é eficiente por não ser reconhecido como violento. E a partir dessa concepção das relações de gênero geram-se práticas, que por sua vez estruturam crenças compatíveis com essas práticas e com esse código, adaptadas às posições sociais dos sujeitos, no esquema de retroalimentação dialético entre práticas e conhecimento (BOURDIEU, 1977).



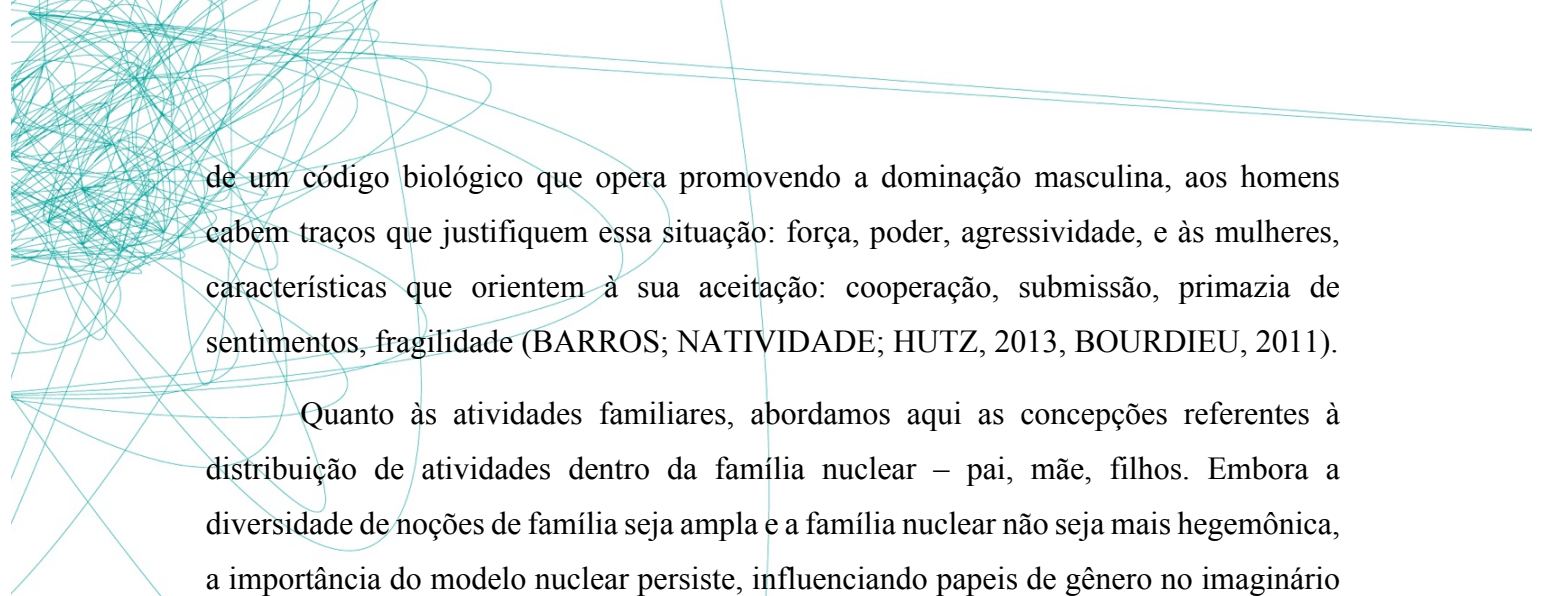
O questionamento do gênero como divisão determinada biologicamente, isto é, o código de matriz explicativa social e histórica, mostra-se, então, compatível com concepções abertas de características e atividades para homens e mulheres, buscando romper a distribuição e valência das conotações da concepção biologicista tradicional. Nesse ponto, interpreta os papéis de gênero como potencialmente igualitários e defende que se busque uma mudança do estado das coisas.

Os papéis sociais são sistemas de expectativas compartilhadas socialmente aplicadas aos membros de grupos sociais, ou de pessoas que ocupem posições sociais. A estruturação de papéis bem marcados para homens e mulheres pode ser traçada a decorrências da divisão do trabalho associando a força física masculina ao trabalho e a gestação à vida doméstica para as mulheres (EAGLY; WOOD; DIEKMAN, 2000).

Dentro da perspectiva psicossocial semiótica proposta, os papéis de gênero são códigos que correlacionam práticas do cotidiano (plano da expressão) a elementos de um sistema semântico de atribuição às categorias de gênero (plano do conteúdo)¹. Desse modo, um código biologicista de gênero é um conjunto de regras de correspondência que associa algumas práticas e características sociais univocamente às categorias binárias de gênero, fundamentado em outro código constituído por argumentos – premissas – voltadas para explicações biológicas que funcionam como código legitimador. O código social de gênero tem premissas que questionam a legitimidade dessas explicações, e nega a correlação das mesmas práticas e características às duas categorias, e em vez disso atribui potencialmente a homens e mulheres.

Neste trabalho, abordaremos três aspectos referentes a papéis sociais de gênero: traços associados aos gêneros, divisão das atividades familiares e práticas de lazer. A literatura aponta para resultados que atestam a adoção do código biologicista tradicional. A respeito dos traços, Amâncio (1992) afirma que as características ligadas a cada gênero são determinadas a partir das funções sociais consideradas desejáveis. Às mulheres são reservados traços de expressão emocional e cuidado, apropriados para a vida doméstica, enquanto os homens têm possibilidades universais, sem restrição, com conotações positivas e voltados para o espaço público e intervenção no mundo. Dentro do contexto

¹ Ainda que, segundo Hjelmslev (2003: 64), ao se referir aos planos da expressão e do conteúdo, “Através de sua definição funcional é impossível sustentar que seja legítimo chamar uma dessas grandezas de expressão e outra de conteúdo, e não o contrário”. Seria igualmente possível tratar do sistema de elementos que designam categorias de gênero como plano da expressão e das diversas práticas como plano do conteúdo. Mas optamos pela opção assinalada no texto.



de um código biológico que opera promovendo a dominação masculina, aos homens cabem traços que justifiquem essa situação: força, poder, agressividade, e às mulheres, características que orientem à sua aceitação: cooperação, submissão, primazia de sentimentos, fragilidade (BARROS; NATIVIDADE; HUTZ, 2013, BOURDIEU, 2011).

Quanto às atividades familiares, abordamos aqui as concepções referentes à distribuição de atividades dentro da família nuclear – pai, mãe, filhos. Embora a diversidade de noções de família seja ampla e a família nuclear não seja mais hegemônica, a importância do modelo nuclear persiste, influenciando papéis de gênero no imaginário social (JABLONSKI, 2010, PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003), o que o torna um campo de estudos pertinente e relevante para identificar divisões de gênero. No modelo tradicional biologicista, justifica-se que os homens são provedores que trabalham predominantemente fora de casa, e as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico. Ainda que as mulheres tenham sido integradas à força de trabalho, isso ocorre frequentemente por meio de atividades inferiores, e elas acumulam as tarefas de casa (BOURDIEU, 2011, POESCHL, 2010, VILLAS-BOAS; OLIVEIRA; LAS HERAS, 2014).

Por fim, o lazer corresponde às atividades de descanso, momento alheio ao trabalho remunerado, que são desinteressadas apenas à primeira vista. É prática social condicionada por fatores da ordem social (MARCELLINO, 2007) e, por conseguinte, pertinente para códigos que tratem do gênero. A divisão de brincadeiras de crianças, com meninos ocupando-se atividades enérgicas e meninas simulando a vida doméstica (CRAVO, 2006), ou a maior participação de homens em esportes competitivos e vigorosos e presença feminina em dança e esportes mais suaves ou performativos como ginástica artística (IBGE, 2017) exemplificam claramente essa relação.

Nesses três domínios, a divisão categórica de traços, atividades domésticas e de lazer conforme conotações tradicionais indica vigência de um código biologicista. A negação dessa divisão seria compatível com um código contestatório de matriz social. O presente trabalho visa a caracterizar perfis de atribuição desses três aspectos, avaliando a possibilidade de identificar esses e talvez outros códigos para interpretação da questão do gênero no cotidiano. Almejamos também avaliar as relações de adoção desses códigos com a posição social, constituindo investigação de uma semiótica conotativa, avaliando padrões de ocorrências de regras interpretativas – os códigos em análise – a partir da inserção social de adultos, abordando faixa etária, gênero e escolaridade.



Método

O estudo empírico teve caráter exploratório. Foi um levantamento de dados (*survey*) realizado no segundo semestre de 2017 na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, junto a adultos convidados a participar em locais públicos da cidade.

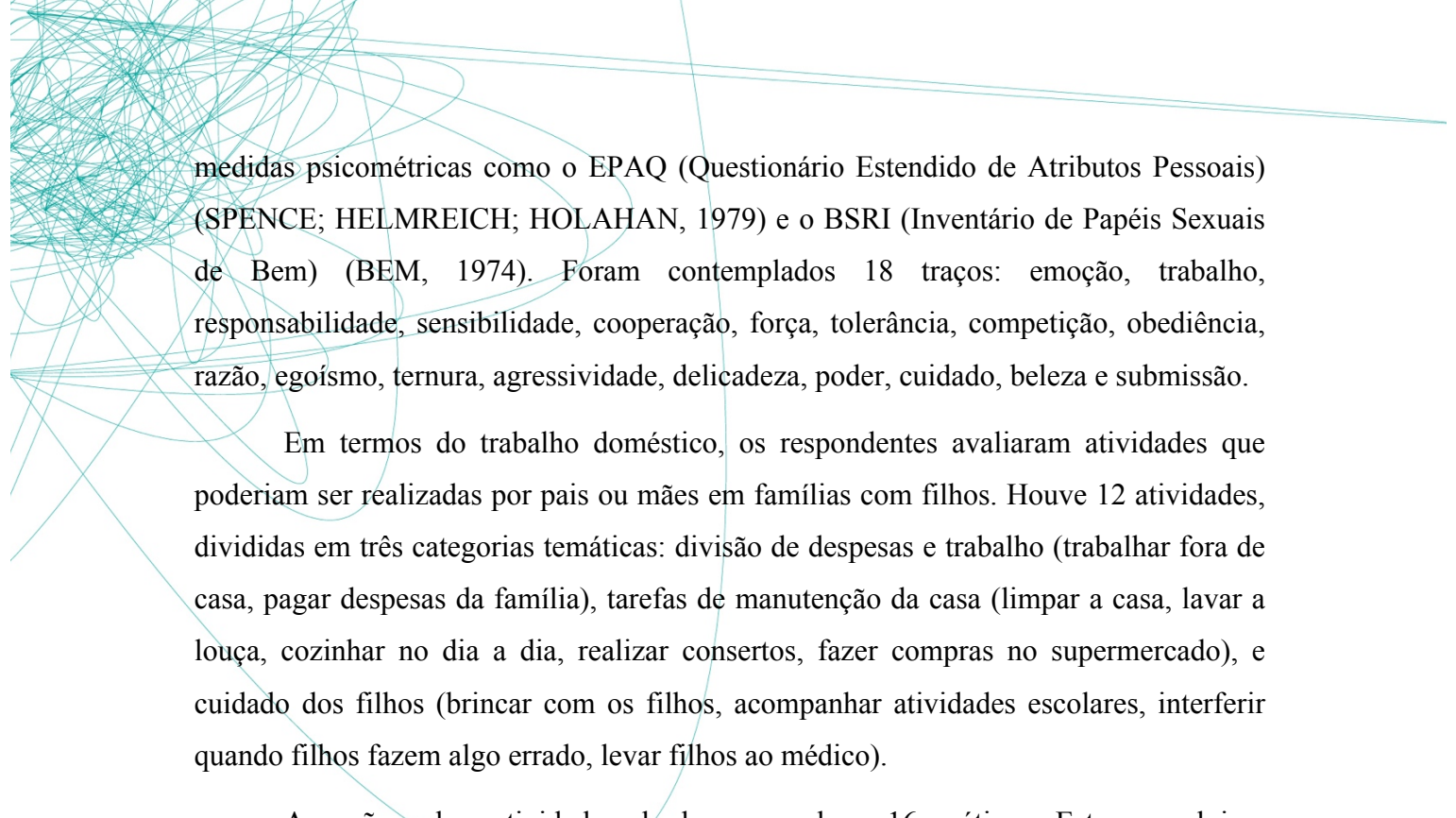
Participantes

A amostra teve caráter não-probabilístico, mas buscou-se diversificação permitindo avaliar descritivamente o gênero, três faixas etárias e escolaridade. Houve 1.000 participantes adultos, dos quais 527 (52,7%) eram mulheres. As idades dos participantes variaram de 20 a 49 anos de idade, com 42,9% na faixa de 20 a 29 anos de idade, 32,4% no intervalo entre 30 a 39 anos e 24,7% de 40 a 49. A maior parte dos participantes tinham como maior nível de escolaridade concluído o Ensino Médio (61,5%), seguidos daqueles com nível Superior completo (24,6%), ao passo que 13,9% estudaram no máximo até o fim do Ensino Fundamental.

Instrumento

Um roteiro de entrevista estruturado, praticamente um questionário com questões objetivas aplicado na forma de entrevista por pesquisadoras, foi o instrumento de pesquisa. Nas instruções iniciais, a pesquisadora responsável pela aplicação informava que a pesquisa tratava de opiniões sobre o comportamento e características de homens e mulheres em alguns contextos. Para todos os aspectos avaliados, os respondentes deveriam responder o quanto cada um deles poderia ser atribuído a cada um dos gêneros em diferentes graus, conforme as seguintes opções: “quase sempre do homem”, para aspectos sempre ou quase sempre típicos de homens; “mais do homem”, para aspectos mais frequentemente ligados ao homem, mas nem sempre; de modo similar, “mais da mulher”, “quase sempre da mulher”, “de ambos igualmente”, para aspectos típicos de homens e mulheres, sem maior associação com um dos gêneros. Havia também uma opção “?” para casos de indecisão ou desconhecimento de resposta.

As expressões referentes aos traços, atividades domésticas e práticas de lazer foram todas elaboradas com base na literatura e, especificamente para os traços, em



medidas psicométricas como o EPAQ (Questionário Estendido de Atributos Pessoais) (SPENCE; HELMREICH; HOLAHAN, 1979) e o BSRI (Inventário de Papéis Sexuais de Bem) (BEM, 1974). Foram contemplados 18 traços: emoção, trabalho, responsabilidade, sensibilidade, cooperação, força, tolerância, competição, obediência, razão, egoísmo, ternura, agressividade, delicadeza, poder, cuidado, beleza e submissão.

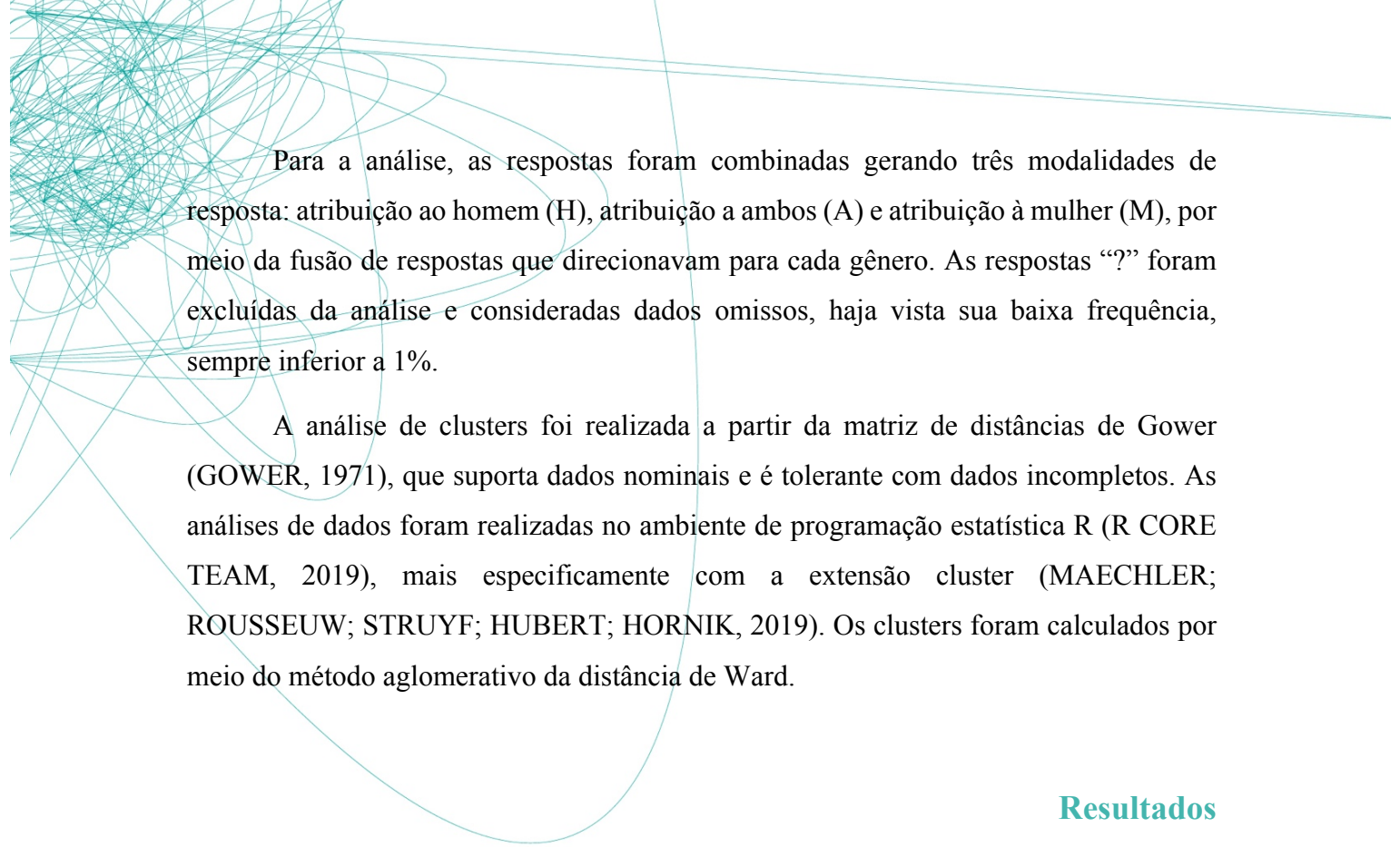
Em termos do trabalho doméstico, os respondentes avaliaram atividades que poderiam ser realizadas por pais ou mães em famílias com filhos. Houve 12 atividades, divididas em três categorias temáticas: divisão de despesas e trabalho (trabalhar fora de casa, pagar despesas da família), tarefas de manutenção da casa (limpar a casa, lavar a louça, cozinhar no dia a dia, realizar consertos, fazer compras no supermercado), e cuidado dos filhos (brincar com os filhos, acompanhar atividades escolares, interferir quando filhos fazem algo errado, levar filhos ao médico).

A seção sobre atividades de lazer envolveu 16 práticas. Estas envolviam atividades ligadas ao esporte (fazer caminhada, praticar luta, praticar dança, jogar futebol), brincadeiras infantis (brincar de casinha, brincar de boneca, brincar de carrinho), atividades de entretenimento (assistir novelas, filmes de romance, programas de esporte, jogar videogame) e outras variadas (ir para bar, consumir bebida alcoólica, iniciar conversa com estranho em festa, fazer compras). Ao fim da entrevista, foram solicitadas informações sociodemográficas.

Procedimento

As entrevistas ocorreram entre os meses de julho a outubro do ano de 2017. Três pesquisadoras realizaram a coleta em locais públicos como ruas e praças e residências de diversos bairros da cidade de Uberlândia – MG. Conforme Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, pesquisas de opinião pública anônimas não são submetidas a comitê de ética.

Para identificar os padrões de resposta, foi utilizada a análise de *clusters*, que permite agrupar participantes conforme a semelhança de suas respostas. Cada cluster seria, assim, o equivalente um perfil comum. No presente caso, interpretamos cada perfil como um código em potencial sobre o gênero, e será possível avaliá-los frente às expectativas dos dois códigos apresentados na introdução, biologicista e social.



Para a análise, as respostas foram combinadas gerando três modalidades de resposta: atribuição ao homem (H), atribuição a ambos (A) e atribuição à mulher (M), por meio da fusão de respostas que direcionavam para cada gênero. As respostas “?” foram excluídas da análise e consideradas dados omissos, haja vista sua baixa frequência, sempre inferior a 1%.

A análise de clusters foi realizada a partir da matriz de distâncias de Gower (GOWER, 1971), que suporta dados nominais e é tolerante com dados incompletos. As análises de dados foram realizadas no ambiente de programação estatística R (R CORE TEAM, 2019), mais especificamente com a extensão cluster (MAECHLER; ROUSSEUW; STRUYF; HUBERT; HORNIK, 2019). Os clusters foram calculados por meio do método aglomerativo da distância de Ward.

Resultados

Após exame de informações de diagnóstico como gráficos de sedimentação e silhueta (KASSAMBARA, 2017), optou-se por uma solução com 3 clusters. A Tabela 1 apresenta as proporções de respostas de atribuição ao homem, à mulher ou a ambos de cada questão envolvendo traços, atividades domésticas e práticas de lazer para os participantes de cada cluster. As proporções são apresentadas em percentuais para arredondamento sem casas decimais. A Tabela 2 apresenta a composição de cada cluster com frequências absolutas e percentuais de gênero, faixa etária e escolaridade dos participantes, de modo a relacionar sua posição social com os perfis identificados.

Interpretando os clusters como perfis, o primeiro deles atribui predominantemente aos homens características que podem ter conotação negativa (competição, agressividade, egoísmo) mas, simultaneamente, são traços que podem remeter também à defesa da individualidade e ter alta valorização numa sociedade contemporânea marcada pelo capitalismo e disputa individual. Às mulheres cabem traços fortemente identificados com o cuidado e de conotação inicialmente positiva se considerados isoladamente (ternura, delicadeza, cuidado, sensibilidade), mas que adquirem caráter negativo e sofrem rejeição se associados ao masculino: pelo pensamento tradicional, um homem terno, sensível, delicado teria sua masculinidade posta em dúvida, pois essas características são incompatíveis com a masculinidade tradicionalmente cultivada.

Tabela 1. Clusters formados a partir de respostas de atribuição de traços, práticas de lazer e atividades domésticas aos gêneros em percentuais.

	Cluster 1			Cluster 2			Cluster 3			
	H %	A %	M %	H %	A %	M %	H %	A %	M %	
Traços gêneros	emoção	2	27	71	2	22	76	11	51	48
	trabalho	23	67	9	20	62	18	7	83	10
	responsabilidade	11	61	28	12	48	41	3	76	21
	cooperação	12	57	31	8	25	66	4	73	23
	tolerância	12	33	55	13	17	70	5	57	38
	competição	40	41	19	56	20	24	27	63	9
	obediência	11	45	45	15	17	68	4	70	26
	razão	26	48	26	26	17	57	9	74	17
	egoísmo	50	40	10	75	12	13	32	61	7
	ternura	2	20	78	3	5	92	3	38	59
	agressividade	73	21	6	83	12	5	59	38	3
	delicadeza	2	10	88	1	3	96	1	24	75
	poder	31	53	15	56	17	26	15	71	14
	cuidado	3	26	71	6	11	83	0	51	49
	beleza	1	36	63	1	37	62	0	55	45
	submissão	5	40	55	8	13	79	1	53	46
	força	66	25	9	74	13	12	50	39	11
sensibilidade	1	11	88	2	17	81	1	29	70	
Práticas de lazer	fazer caminhada	6	60	34	4	42	54	2	90	8
	ir para bar	57	42	1	56	43	1	12	88	0
	praticar luta	76	23	1	68	31	1	17	82	1
	jogar videogame	82	17	1	73	26	1	24	75	1
	praticar dança	1	19	80	2	28	70	29	71	0
	cozinhar	2	29	69	2	35	62	1	77	22
	jogar futebol	94	5	1	80	19	1	52	48	0
	consumir álcool	37	62	1	45	52	3	8	90	2
	brincar de casinha	1	11	88	2	21	77	0	63	37
	assistir novelas	1	33	66	1	36	63	1	84	15
	iniciativa estranho	57	36	7	52	37	11	13	85	2
	brincar de bonecas	1	4	95	1	16	83	1	56	43
	assistir filmes rom.	1	23	76	0	29	71	1	86	13
	brincar de carrinho	85	14	1	81	17	2	39	61	0
	assistir esportes	82	17	1	72	27	1	14	86	0
fazer compras	4	54	42	8	50	42	1	96	3	
Atividades domésticas	despesas da família	48	51	1	47	44	8	17	83	0
	trabalhar fora	24	75	1	36	58	6	5	94	1
	limpar a casa	1	39	60	1	24	76	0	89	11
	lavar a louça	1	51	48	2	22	77	1	91	8
	cozinhar dia a dia	2	34	64	3	19	78	1	77	21
	realizar consertos	74	23	3	78	8	13	44	55	1
	compras mercado	7	71	22	12	23	66	1	94	5
	levar filhos escola	12	78	10	17	21	62	1	97	2
	acom. ativ. es. fil.	2	68	30	3	13	84	0	96	4
	interferir filhos	11	81	8	17	17	66	0	98	2
	brincar com filhos	4	86	10	10	26	64	0	98	2
levar filhos médico	1	64	34	2	16	82	0	91	9	
n	589			226			185			

Nota: H – atribuição ao homem; A – atribuição a ambos os gêneros; M – atribuição à mulher.

Ainda no primeiro perfil, há atribuição a ambos os gêneros de traços anteriormente ligados a mulheres (emoção, tolerância) e também homens (poder), mas as proporções superiores a um ou outro gênero sugerem seja a história de atribuição anterior – poder

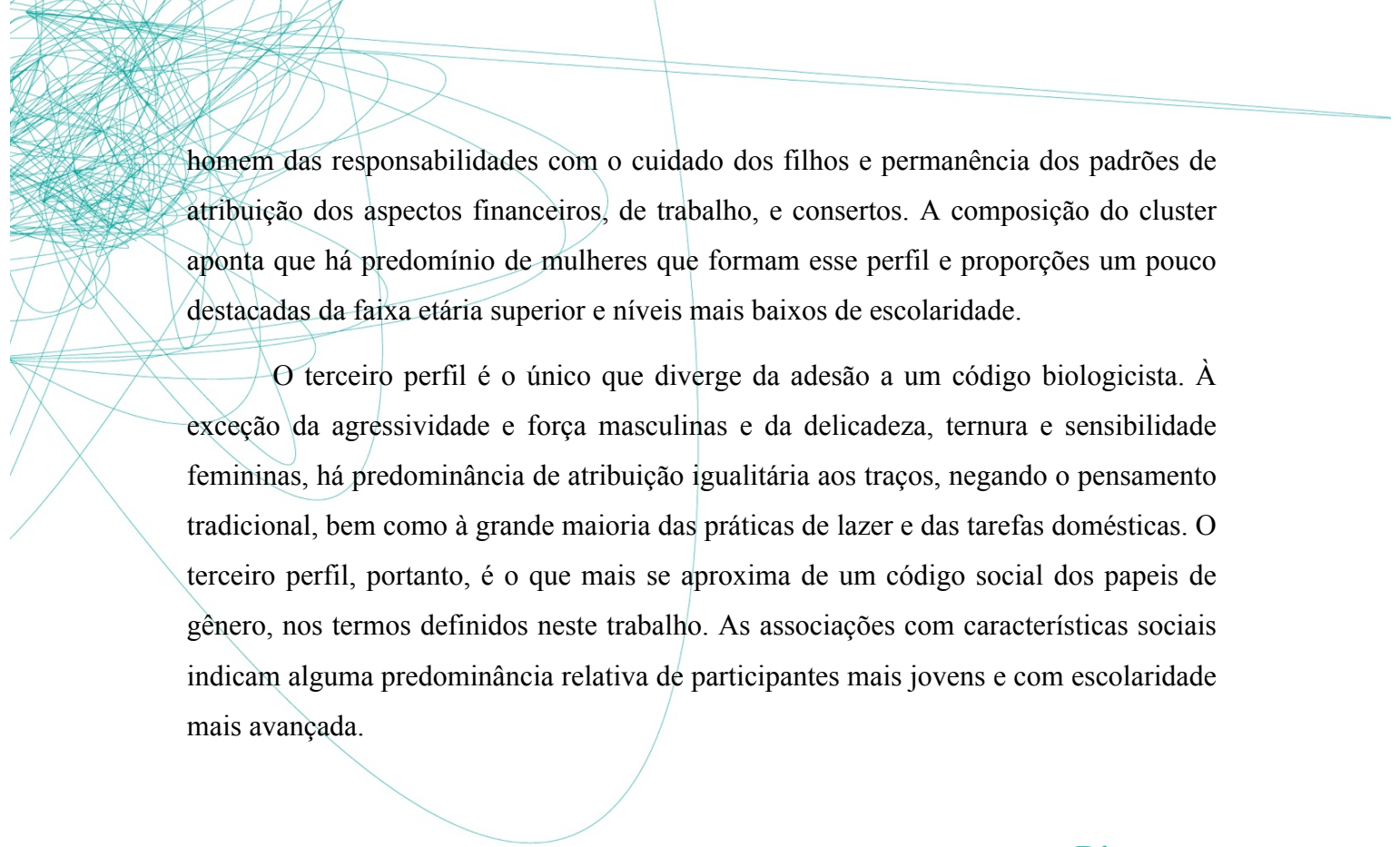
têm o dobro de atribuição a homens que a mulheres –, seja a necessidade de cautela na interpretação devido a pressões do socialmente desejável, especialmente considerando-se que as entrevistadoras eram mulheres, e que uma situação de coleta de dados de temas normativos como conflitos de gênero podem levar a omissões de respostas consideradas polêmicas se um entrevistador pertence claramente a um dos grupos envolvidos (FLAMENT; GUIMELLI; ABRIC, 2006).

Tabela 2. Composição dos clusters referentes a perfis de relações de gênero por gênero, faixa etária e escolaridade dos participantes (n = 1000), em frequências absolutas e relativas

	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
GÊNERO			
<i>Masculino</i>	302 (51%)	79 (35%)	92 (50%)
<i>Feminino</i>	287 (49%)	147 (65%)	93 (50%)
FAIXA ETÁRIA			
<i>20-29</i>	247 (42%)	91 (40%)	91 (49%)
<i>30-39</i>	198 (34%)	72 (32%)	54 (29%)
<i>40-49</i>	144 (24%)	63 (28%)	40 (22%)
ESCOLARIDADE			
<i>Fundamental</i>	77 (13%)	45 (20%)	17 (9%)
<i>Médio</i>	369 (63%)	129 (57%)	116 (63%)
<i>Superior</i>	143 (24%)	52 (23%)	51 (27%)

De todo modo, o primeiro perfil indica vigência do código biologicista, o que é observado pela coerência com as atribuições às práticas de lazer e divisão de trabalho doméstico. Às mulheres cabe cozinhar, dançar, assistir novelas e filmes românticos e fazer compras para divertir-se, enquanto que os homens lutam, vão a bares, jogam futebol e videogames, bem como assistem esportes. As mulheres realizam o trabalho doméstico de limpeza e cozinha, os homens contribuem mais com despesas e fazem consertos. O cuidado dos filhos, no discurso, é mais igualitário. Mais da metade da amostra aderiu a essa concepção tradicional dos papéis de gênero, e a distribuição das categorias de escolaridade, faixa etária e gênero foi próxima à distribuição global.

Um exame do segundo perfil aponta que aí se encontra adesão ainda mais nítida ao código biologicista. Negam-se atribuições a ambos os gêneros nos traços, e acrescentam-se, em relação ao primeiro perfil, os traços de cooperação, tolerância, obediência e razão para a mulher e poder para os homens. É uma visão fortemente dicotômica dos gêneros que vem acompanhada de maiores contrastes no lazer e identificação quase exclusiva da mulher com as tarefas domésticas, com a retirada do



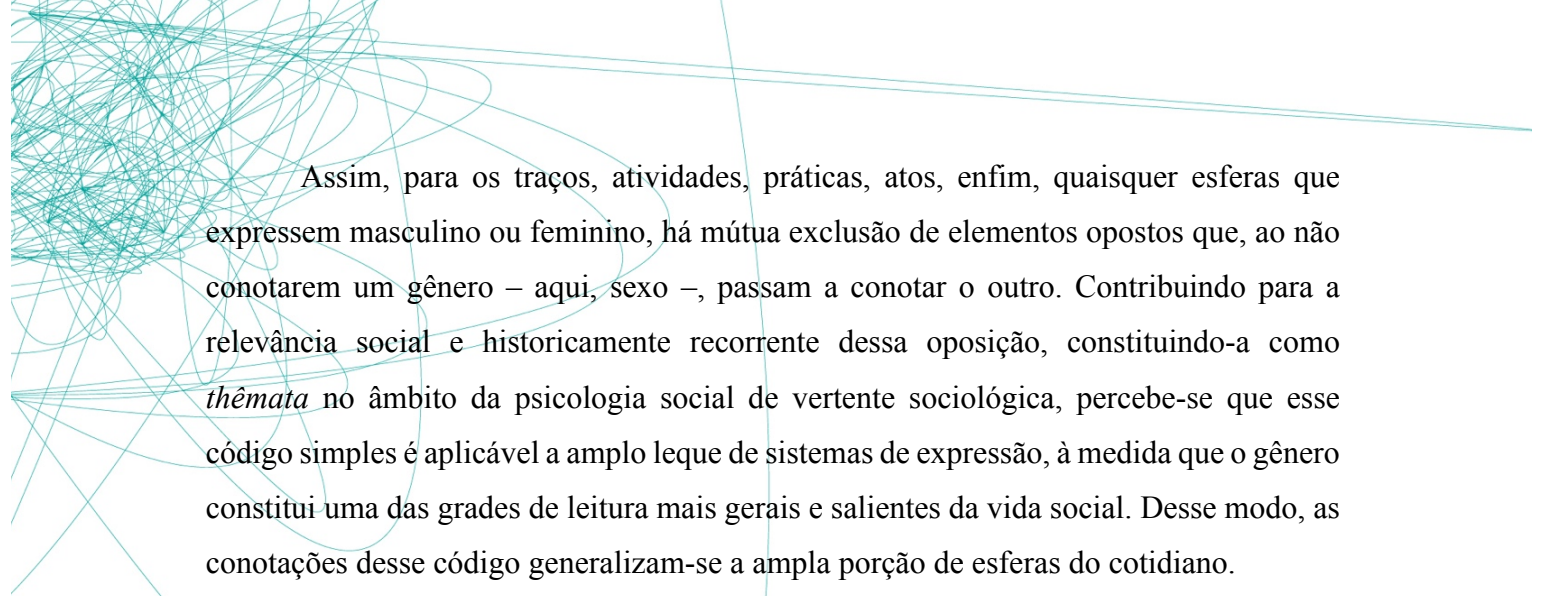
homem das responsabilidades com o cuidado dos filhos e permanência dos padrões de atribuição dos aspectos financeiros, de trabalho, e consertos. A composição do cluster aponta que há predomínio de mulheres que formam esse perfil e proporções um pouco destacadas da faixa etária superior e níveis mais baixos de escolaridade.

O terceiro perfil é o único que diverge da adesão a um código biologicista. À exceção da agressividade e força masculinas e da delicadeza, ternura e sensibilidade femininas, há predominância de atribuição igualitária aos traços, negando o pensamento tradicional, bem como à grande maioria das práticas de lazer e das tarefas domésticas. O terceiro perfil, portanto, é o que mais se aproxima de um código social dos papéis de gênero, nos termos definidos neste trabalho. As associações com características sociais indicam alguma predominância relativa de participantes mais jovens e com escolaridade mais avançada.

Discussão

A interpretação dos resultados da análise de clusters permitiu identificar que postular os dois códigos com que as pessoas tentam explicar os papéis de gênero, isto é, biologicista e social, justifica-se no caso da amostra de adultos uberlandense investigada. Devido à amostragem não-probabilística, o delineamento não abre a possibilidade da generalização. Feita essa ressalva, o procedimento visou à obtenção de um rol de participantes diversificado em termos sociais, e nessas condições constatou-se o predomínio da adesão ao código biologicista tradicional.

Em termos semióticos, tem-se um código em que os gêneros expressam conteúdos claramente demarcados e opostos, sem sobreposições, muito semelhante à versão idealizada descrita por Bourdieu (2011) ao tratar da dominação masculina. Mostra-se pertinente a noção de *thêmata*, de antinomias categóricas que organizariam a cultura humana em dicotomias, permeando linguagem e pensamento (MARKOVÁ, 2006, MOSCOVICI; VIGNAUX, 1994). A oposição entre masculino e feminino, historicamente, tomada num código biologicista tradicional, consiste num sistema semântico binário sem sobreposição em que, mais que diferenças, existem antonímias entre os elementos do plano do conteúdo com marcada valorização do polo masculino e decorrente desvalorização do feminino.



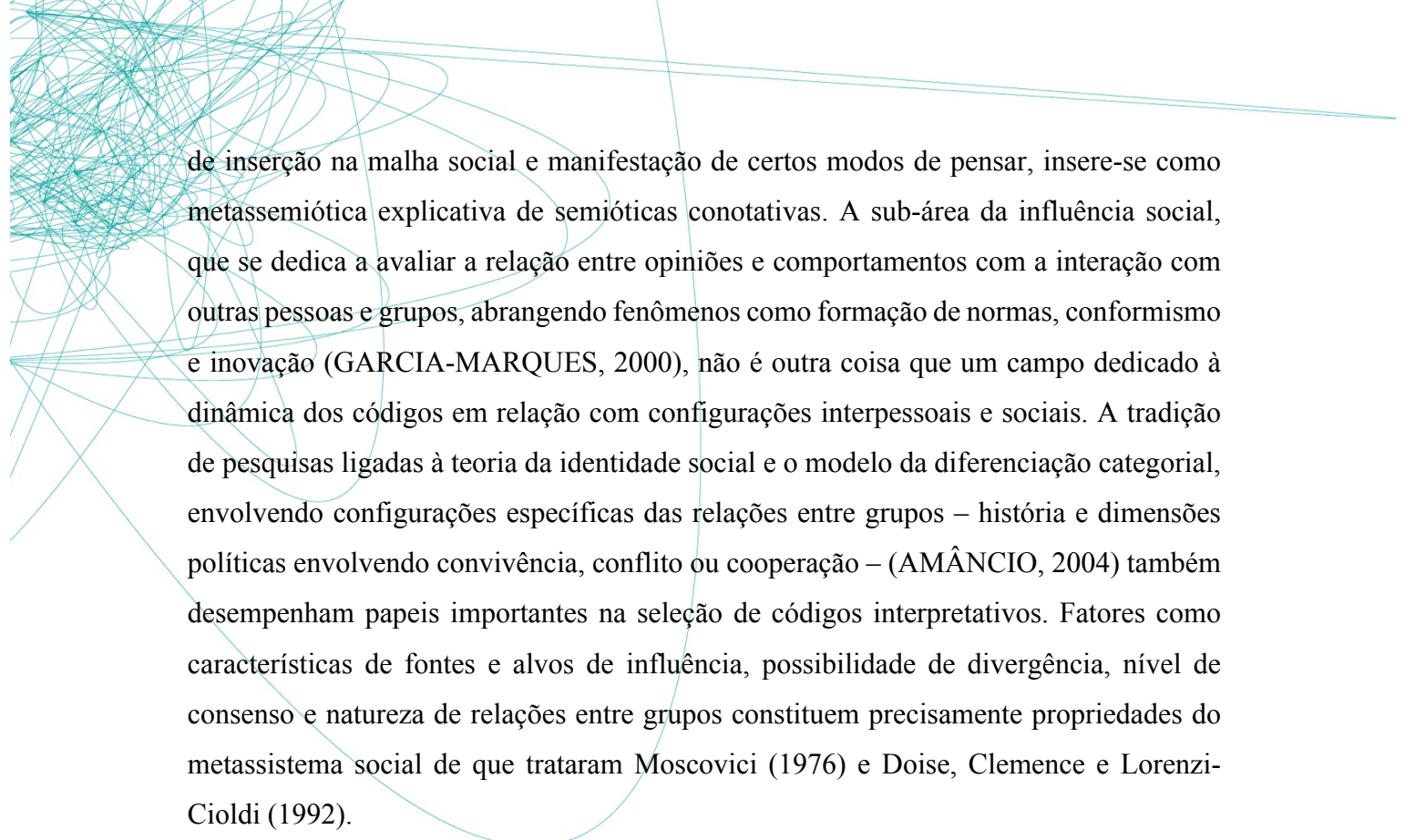
Assim, para os traços, atividades, práticas, atos, enfim, quaisquer esferas que expressem masculino ou feminino, há mútua exclusão de elementos opostos que, ao não conotarem um gênero – aqui, sexo –, passam a conotar o outro. Contribuindo para a relevância social e historicamente recorrente dessa oposição, constituindo-a como *thêmata* no âmbito da psicologia social de vertente sociológica, percebe-se que esse código simples é aplicável a amplo leque de sistemas de expressão, à medida que o gênero constitui uma das grades de leitura mais gerais e salientes da vida social. Desse modo, as conotações desse código generalizam-se a ampla porção de esferas do cotidiano.

Mas os códigos sofrem modificações, bem como surgem também novos códigos. Caso os códigos permanecessem rígidos e eternos, não haveria história, entendida como mudanças e sucessão de acontecimentos. À medida que as pessoas passam por novas experiências que desafiem códigos vigentes – para Eco (2005), trata-se de fatos que desafiam juízos semióticos e levam a mudanças de códigos –, à medida que as pessoas entram em contato com outras opiniões que se mostrem válidas por critérios validados por outros códigos – como, por exemplo, argumentos embasados em princípios considerados socialmente legítimos ou superiores, no espírito dos *topoi* de Aristóteles –, os códigos passam a determinar outras relações de significação ou, na extensão em que nos encontremos diante de contrastes abrangentes, pode ser mais sensato falar de códigos alternativos. E o código social, de viés igualitário e que questiona determinismos biológicos, apresenta-se como alternativa atualmente minoritária.

A semiótica descreve as possibilidades de relações de significação, mas não lhe cabe se pronunciar a respeito de quais códigos orientam probabilisticamente interpretações concretas da vida social, ou acerca dos fatores extrassemióticos que determinam percursos concretos de semiose, isto é, que características de pessoas, grupos, ou contextos em acepção mais ampla favorecem a adoção desse ou daquele código numa situação específica.

Assumindo a terminologia semiótica à Hjelmslev (2003), se um dos modos de conceber uma psicologia social semiótica consiste em considerá-la como uma metassemiótica, metalinguagem que trate de correlações entre sistemas sociais e configurações de pensamento – aqui, plano do conteúdo – a ela caberá a tarefa de contribuir para o entendimento da dinâmica concreta dos códigos.

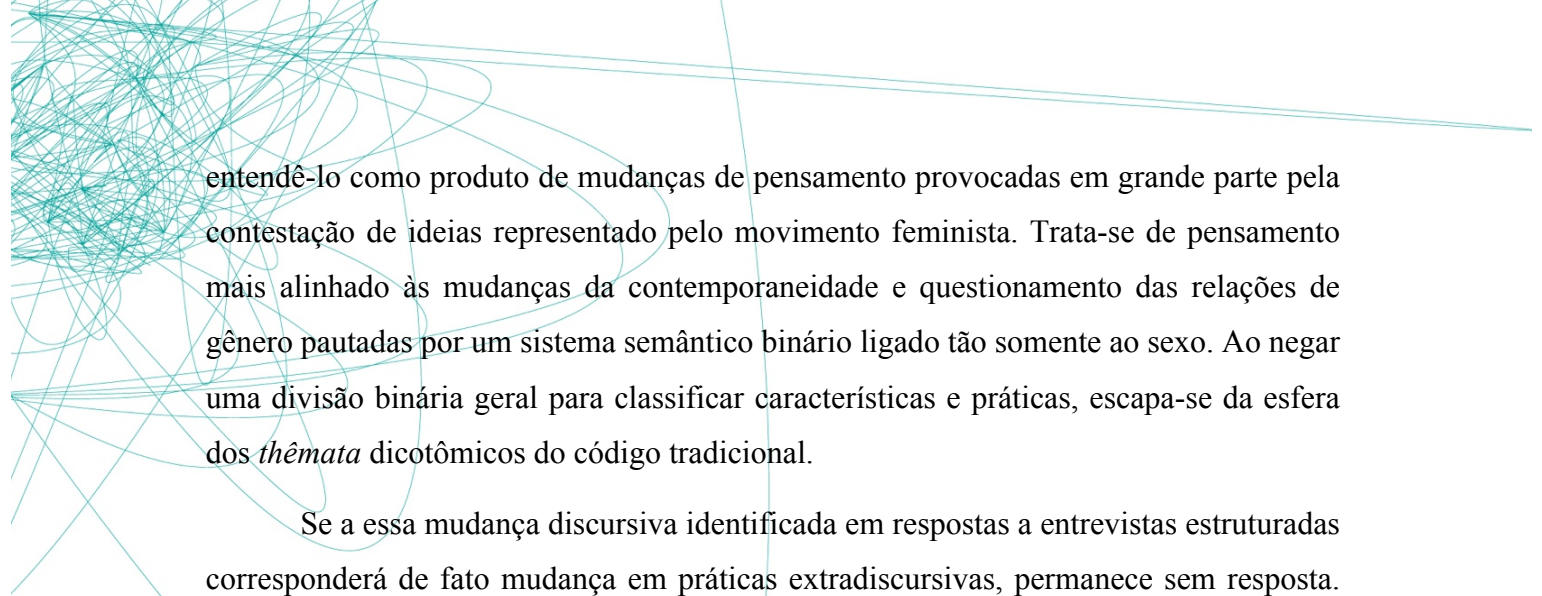
É aí que a psicologia social, portando-se como disciplina empírica orientada conforme noções semióticas na medida em que busca estabelecer correlações entre pontos



de inserção na malha social e manifestação de certos modos de pensar, insere-se como metassemiótica explicativa de semióticas conotativas. A sub-área da influência social, que se dedica a avaliar a relação entre opiniões e comportamentos com a interação com outras pessoas e grupos, abrangendo fenômenos como formação de normas, conformismo e inovação (GARCIA-MARQUES, 2000), não é outra coisa que um campo dedicado à dinâmica dos códigos em relação com configurações interpessoais e sociais. A tradição de pesquisas ligadas à teoria da identidade social e o modelo da diferenciação categorial, envolvendo configurações específicas das relações entre grupos – história e dimensões políticas envolvendo convivência, conflito ou cooperação – (AMÂNCIO, 2004) também desempenham papéis importantes na seleção de códigos interpretativos. Fatores como características de fontes e alvos de influência, possibilidade de divergência, nível de consenso e natureza de relações entre grupos constituem precisamente propriedades do metassistema social de que trataram Moscovici (1976) e Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1992).

Nesse ponto pode mostrar-se relevante o estudo de propriedades sócio-históricas dos códigos, características que se atualizam na existência concreta dessas regras de interpretação que regem a leitura de funções sógnicas e aos signos se adaptam em dialética constante. Além de relações referentes à funcionalidade identitária e ao que podemos chamar de cobertura – os grupos que endossam esses códigos –, bem como sua natureza de código majoritário ou minoritário, ou o grau de compartilhamento e suporte psicossocial de um código – é um código pessoal ou idioleto, ou se trata de um código considerado válido para um grupo ou toda uma sociedade? –, podemos mencionar sua história – códigos recentes ou estabelecidos há muito tempo? –, funções políticas ou efeitos desses códigos nas relações de poder, ou condições de coexistência com outros códigos – há códigos alternativos? Há códigos compatíveis e incompatíveis sobre os mesmos fenômenos? –, e isso apenas para levantar algumas possibilidades. Percebe-se que teorias psicossociais e o olhar da psicologia social podem contribuir, juntamente com outras especialidades disciplinares, nesse nível que explicaria a operação da semiótica do pensamento e normas culturais.

Após esse detalhamento necessário de como o nível psicossocial pode imbricar-se em entendimento de processos semióticos, retornamos ao código social dos papéis de gênero. Notadamente é um conjunto minoritário de regras, e sua associação, ainda que não muito forte, com maior escolaridade e também com faixas etárias mais jovens, sugere

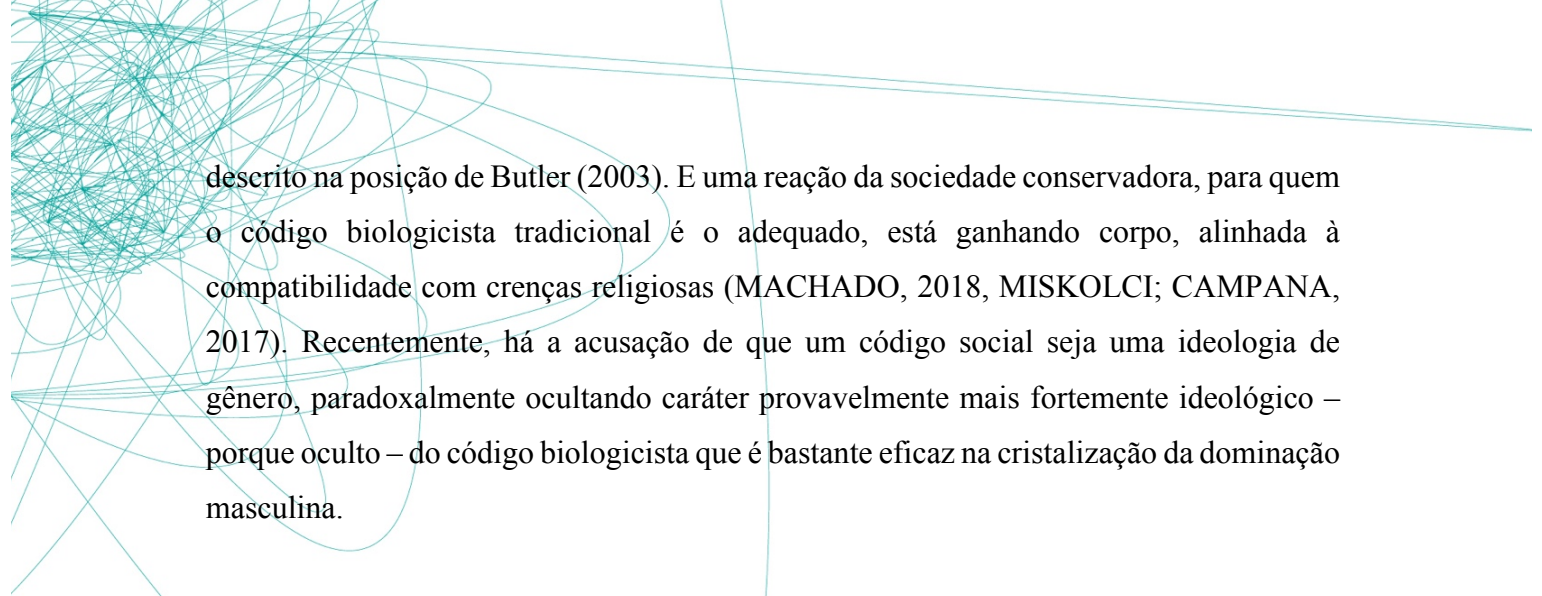


entendê-lo como produto de mudanças de pensamento provocadas em grande parte pela contestação de ideias representado pelo movimento feminista. Trata-se de pensamento mais alinhado às mudanças da contemporaneidade e questionamento das relações de gênero pautadas por um sistema semântico binário ligado tão somente ao sexo. Ao negar uma divisão binária geral para classificar características e práticas, escapa-se da esfera dos *thêmata* dicotômicos do código tradicional.

Se a essa mudança discursiva identificada em respostas a entrevistas estruturadas corresponderá de fato mudança em práticas extradiscursivas, permanece sem resposta. Trata-se de informação pertinente e possibilidade real de mudança de código ou aumento da cobertura do código social. No entanto não se pode excluir tampouco a possibilidade de que, com a aquisição de experiência de vida e mudanças na inserção dos papéis de gênero – como exemplo, pensemos em estudantes universitários solteiros à época da pesquisa que se casem, se separem, ou tenham filhos posteriormente – podem modificar pontos de vista, em contato com sistemas de expectativas que vão sendo favorecidas socialmente, tal como uma estudante com aspirações de carreira que, ao tornar-se mãe, decide seguir uma suposta vocação materna e para de trabalhar.

Além disso, também as práticas e rituais culturais podem ser abordadas como signos ou elementos de planos de expressão e conteúdos implicados em funções sógnicas (LORUSSO, 2015). O ideal seria cotejar os resultados encontrados com dados de registros comportamentais à época da pesquisa ou posteriores para ter ideia da compatibilidade desses códigos ou de padrões contraditórios que relativizem os aspectos igualitários contidos no código social. Finalmente, como já abordado anteriormente, há também que se levar em conta respostas insinceras que visem a evitar conflitos acerca da polêmica do gênero. Mas se for assim, já está desenhada a existência de alternativa concreta ao código biologicista e, importante, assume-se também uma conotação positiva, ligada a uma suposta mudança progressista dos costumes, que favoreceria o aumento em adesão ao código social.

Mesmo identificando a existência do código social como alternativa minoritária, não se deve antever uma tendência de substituição do código biologicista. Se um código mais igualitário que equilibre as relações de poder entre homens e mulheres pode estar ganhando em relevância social, também há pressão por parte de um código não contemplado aqui que questiona a própria categoria do gênero enquanto divisão binária que não respeitaria a fluidez da realidade, sem categorias discretas e fixas, tal como



descrito na posição de Butler (2003). E uma reação da sociedade conservadora, para quem o código biologicista tradicional é o adequado, está ganhando corpo, alinhada à compatibilidade com crenças religiosas (MACHADO, 2018, MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Recentemente, há a acusação de que um código social seja uma ideologia de gênero, paradoxalmente ocultando caráter provavelmente mais fortemente ideológico – porque oculto – do código biologicista que é bastante eficaz na cristalização da dominação masculina.

Considerações finais

O estudo permite identificar a existência de dois códigos conotativos alternativos e opostos acerca dos papéis de gêneros, obtém indícios de conflito e os atrela a alguns aspectos não exaustivos da inserção social dos participantes. Há limitações como aspectos da amostra e não-utilização de estatísticas inferenciais – que, de todo modo, seriam inadequadas para amostras não-probabilísticas, conforme Berk e Freedman (2003) – que recomendam que os resultados sejam considerados somente no contexto de pesquisa. Admite-se também certo contraste com o marco teórico usual das ciências psicológicas voltado para pesquisas quantitativas; em vez de um modelo psicométrico e uso de escalas, trabalhou-se com sentenças como indicadores não de traços latentes psicológicos, mas de códigos culturais entendidos sob uma abordagem semiótica que é frequentemente utilizada em delineamentos qualitativos. Mas ainda que com dados estruturados que limitam a investigação de algumas peculiaridades – inviabilizando, por exemplo, a resolução de ambiguidades ou vieses de interpretação à medida que se agrupam respostas semelhantes em nível mais superficial de concordância ou discordância –, o objetivo principal foi apoiar-se neles para antever a possibilidade de esquemas interpretativos provisórios mais amplos.

A partir do contexto específico do fenômeno dos papéis de gênero, buscou-se também detalhar articulações possíveis entre psicologia social e semiótica e, igualmente, argumentar a favor de uma consideração mais séria da natureza semiótica dos fenômenos psicossociais e representacionais. No presente caso, propusemos e nos orientamos por um dos projetos possíveis de psicologia social semiótica, se é que podemos nos permitir referir desse modo a uma abordagem da psicologia social embasada na semiótica para a conceituação dos fenômenos psicossociais. Outras perspectivas, embasadas em outros

modelos da ampla disciplina da semiótica, constituiriam outras possibilidades de psicologia social semiótica. De todo modo, esperamos que essa abordagem tenha demonstrado seu valor heurístico e sugerido algumas vias de abertura teórica para expandir as investigações e a teorização em psicologia e, especialmente, psicologia social, nesses termos.

Referências

AMÂNCIO, L. As assimetrias nas representações de gênero. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 34, p. 9-22, 1992.

AMÂNCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Orgs.) **Psicologia social**. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 387-409.

BARROS, M. C.; NATIVIDADE J. C.; HUTZ, C. S. Construção e validação de uma medida de papéis de gênero. **Avaliação Psicológica**, v. 12, n. 3, p. 317-324, 2013.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEM, S. L. The measurement of psychological androgyny. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 42, n. 2, p. 155-162, 1974.

BERK, R. A.; FREEDMAN, D. A. Statistical assumptions as empirical commitments. In: BLOOMBERG, T. G.; COHEN, S. (Orgs.). **Law, punishment, and social control: essays in honor of Sheldon Messinger**. 2ª ed.. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 2003, p. 235-254.

BLAY, E. A. (1975). Trabalho industrial x trabalho doméstico. A ideologia do trabalho feminino". **Cadernos de Pesquisa**. v. 15, p. 8-17, 1975.

BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRAVO, A. C. A. **Brincadeiras infantis e construção das identidades de gênero**. (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2006.

DOISE, W.; CLEMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. **Représentations sociales et analyse des données**. Grenoble: PUG, 1992.

EAGLY, A. H.; WOOD, W.; DIEKMAN, A. B. Social role theory of sex differences and similarities: a current appraisal. In: ECKES, T.; TRAUTNER, H. M. (Orgs.). **The developmental social psychology of gender**. Nova Iorque: Psychology Press, 2000, p. 123-174.

ECO, U. **A estrutura ausente**: Introdução à pesquisa semiológica. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ECO, U. **Tratado geral de semiótica**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERREIRA, M. C. Questionário estendido de atributos pessoais: Uma medida de traços femininos e masculinos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 11, n. 2, p. 155-161, 1995.

FLAMENT, C.; GUIMELLI, C.; ABRIC, J.-C. Effets de masquage dans l'expression d'une représentation sociale. **Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, n. 69, p. 15-31, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. São Paulo: Edições Graal, 2005.

GARCIA-MARQUES, L. O inferno são os outros: o estudo da influência social. In: J. VALA; M. B. Monteiro (Orgs.). **Psicologia social**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 227-292.

GOWER, J. C. A general coefficient of similarity and some of its properties, **Biometrics**, v. 27, n. 4, p. 857-871, 1971.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: Práticas de esporte e atividade física - 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010.

KASSAMBARA, A. **Practical guide to cluster analysis in R**: Unsupervised machine learning. STHDA, 2017.

LAQUEUR, T. Orgasm, generation, and the politics of reproductive biology. In: C. GALLAGHER, C. (Org.) **Making of the modern body**. Berkeley: University of California, 1986, p. 1-42.

LORUSSO, A. M. **Cultural semiotics**: for a cultural perspective in semiotics. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, e47463, 2018.

MAECHLER, M.; ROUSSEEUW, P.; STRUYF, A.; HUBERT, M.; HORNIK, K. **Cluster**: cluster analysis basics and extensions. R package version 2.1.0. 201. [on-line] Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/cluster/> Acesso em 20/07/2019.

MARCELLINO, N. C. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. **Revista Iberoamericana Lazer e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MÉNDEZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Mulher e Trabalho**, v. 5, p. 51-63, 2005.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse**: son image et son public. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. Le concept de thémata. In: GUIMELLI, C. (Org.) **Structures et transformations des représentations sociales**. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994, p. 25-72.

NETO, F. S. A.; COSTA, M. S.; HELAL, D. H. Relações de trabalho e gênero: aspectos da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 31, n. 1, p. 61-82, 2016.

OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 40, p. 45-61, 2002.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

POESCHL, G. Desigualdades da divisão do trabalho familiar sentimento de justiça e processos de comparação social. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 1, p. 29-42, 2010.

PONCIANO, E. L.; FÉRES-CARNEIRO, T. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, v. 8, n. 16, p. 57-80, 2003.

R CORE TEAM. **R**: A language and environment for statistical computing, 2019. [online] Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em 20/07/2019.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analyses. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SPENCE, J. T.; HELMREICH, R. L.; HOLAHAN, C. K. Negative and positive components of psychological masculinity and femininity and their relationships to self-reports of neurotic and acting out behaviors. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 37, p. 1673-1682, 1979.

VILLAS-BOAS, S.; OLIVEIRA, C. S.; LAS HERAS, S. Tarefas domésticas e gênero: representações de estudantes do ensino superior. **Ex Aequo**, v. 30, p. 113-129, 2014.



semeiosis